



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 10 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 19 de novembro de 2012

A CRITICA

Buracos reaparecem em vias do Distrito Industrial de Manaus 1
VEICULAÇÃO LOCAL

VALOR ECONÔMICO

Empresas deixam lá fora 70% dos dólares captados 2
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Mensalão: Dilma diz que acata sentença..... 4
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

hora da paz no Supremo 6
VEICULAÇÃO NACIONAL

CORREIO BRAZILIENSE

Potencial industrial..... 9
VEICULAÇÃO NACIONAL

REVISTA INFO EXAME

Samsung processa LG por violação de patentes de telas Oled..... 10
VEICULAÇÃO NACIONAL

G-1

Feira Internacional da Amazônia será em novembro de 2013, no Amazonas..... 11
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

SIX Semicondutores terá fábrica de R\$ 1 bi em MG 12
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

Indústria não pode mais se endividar 13
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

O Brasil atualmente faz parteda solução, não mais do problema :: Luiz Fernando Furlan 14
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Buracos reaparecem em vias do <u>Distrito Industrial</u> de <u>Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Cerca de oito meses após denunciar os problemas estruturais de vias do Distrito Industrial de Manaus, a reportagem do acritica.com voltou ao Distrito Industrial e constatou que os problemas continuam e devem se agravar com o período chuvoso

THIAGO GONÇALVES/ LEANDRO TAPAJÓS

Motoristas são prejudicados com os buracos que tomam conta das vias (Luiz Vasconcelos)

O acritica.com denunciou no fim de março deste ano a existência de problemas de infraestrutura em vias do Distrito Industrial de Manaus. Na época, era possível encontrar verdadeiras crateras nas ruas – além de calçadas tomadas por mato e pontos de ônibus a céu aberto.

Após a veiculação de reportagens no portal, uma operação tapa-buracos foi realizada e serviu como paliativo para o problema, que menos de oito meses depois tornou a prejudicar motoristas que trafegam pela Avenida Buriti, uma das principais avenidas da Zona Sul da capital amazonense.

A reportagem do portal acritica.com voltou ao Distrito Industrial e constatou o reaparecimento dos buracos na Avenida Buriti e em vias do Conjunto Nova República.

“Moro no Distrito há cerca de 2 anos. Essa já é uma questão antiga e vergonhosa. É preciso ter cautela, se não podemos nos envolver em acidentes. Já vi vários carros parados em buracos ou batidos. Com o início do período chuvoso, a tendência é de a situação piorar e os buracos voltarem a se tornar crateras”, disse o autônomo José Azevedo, 25.

As possíveis soluções esbarram na indefinição sobre quem é o responsável pela manutenção das vias do Distrito Industrial de Manaus. A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e Município divergem sobre a questão.

Resposta na segunda-feira

A assessoria de comunicação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) foi procurada e informou que deve emitir esclarecimentos, após levantamento de informações, apenas na próxima segunda-feira (19).

Nova República

As ruas do Conjunto Residencial Nova República, no Distrito Industrial, também estão repletas de buracos. Os moradores reclamam de sérios prejuízos causados pela precariedade das vias e prometem formalizar a denúncia ao Ministério Público.

Segundo os populares, os buracos já ocupam as duas faixas da única rua que dá acesso àquele núcleo habitacional.

Outro problema apontado pelos populares é a altura do mato que toma conta das calçadas laterais da principal rua que dá acesso ao conjunto e a um condomínio.

Investimento milionário

Em junho deste ano, o governo do Estado investiu R\$ 6,8 milhões para recapeamento de trechos esburacados em 28 ruas do Distrito Industrial, mas a ação não foi suficiente para resolver de fato o problema.

As vias recuperadas, segundo o governo, foram as avenidas Autaz Mirim, Buriti I, Buriti II, Eixo Norte Sul, Grande Circular II, Oitis, parte da BR-319, estrada do Puraquequara e ruas Abiurana, Açai, Acará Aruanã, Balata, Danilo Areosa, Ibixoco, Içá, Ipê, Itaúba, Javari, Mandi e Matrinxã.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Empresas deixam lá fora 70% dos <u>dólares</u> captados		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Embora as empresas tenham captado US\$ 17,55 bilhões nos últimos quatro meses, desde a reabertura do **mercado** externo, menos de 30% desses recursos - cerca de US\$ 5 bilhões - entraram no país. A grande parcela do capital ficou no exterior, contribuindo para o fraco fluxo de moeda estrangeira registrado pelo país desde então. Só empresas que não têm subsidiária no exterior, como a Caixa Econômica Federal, são obrigadas a internalizar os recursos. As demais preferem deixá-los nas contas lá fora, seja para pagar fornecedores, seja para capital de giro.

Ao manter os recursos no exterior, as companhias evitam o custo do swap cambial, hoje elevado, e não precisam arcar com o Imposto de Renda de 15% na hora de honrar os pagamentos semestrais de juros. Essa condição de alto custo para internalizar recursos é nova para as empresas, especialmente as **exportadoras**. Antes, a grande maioria dos emissores frequentes de bônus podia trazer moeda estrangeira usando o instrumento do pré-pagamento de **exportação**, isento de Imposto de Renda. A modalidade, no entanto, foi limitada pelo governo a um prazo máximo de um ano, no início do ano.

Empresas deixam no exterior dólares das captações

Por Fernando Travaglini e Filipe Pacheco | De São Paulo

Apesar de as empresas terem captado US\$ 17,55 bilhões nos últimos quatro meses, desde a reabertura do **mercado** externo, menos de um terço dessa enxurrada de recursos aportou por aqui. A grande parcela do capital ficou mesmo no exterior, contribuindo para o fraco fluxo de moeda estrangeira registrado pelo país desde então.

Apenas companhias que não têm subsidiária no exterior, como é o caso da Caixa Econômica Federal, por exemplo, são obrigadas a trazer os recursos. Quem não tem essa necessidade prefere deixar os **dólares** nas contas no exterior, seja para pagar fornecedores, seja para capital de giro.

Do total captado nesse período, menos de 30% foi feito pelas unidades brasileiras das empresas, e não por subsidiárias em paraísos fiscais, como as Ilhas Cayman. Isso

representa algo em torno de US\$ 5 bilhões que precisaram obrigatoriamente passar pelo país. O restante, ficou depositado em contas de bancos internacionais.

Dessa forma, as companhias evitam o custo do swap cambial, hoje elevado, e não precisam arcar com o Imposto de Renda de 15% na hora de honrar com os pagamentos semestrais de juros (cupom).

Essa condição de alto custo para internalizar os recursos é nova para as empresas, especialmente as **exportadoras**. Antes, a grande maioria dos emissores frequentes de bônus podiam trazer moeda estrangeira usando o instrumento do pré-pagamento de **exportação**, isento de IR.

A modalidade, no entanto, foi limitada pelo governo a um prazo máximo de um ano, no início do ano. Os pré-pagamentos de **exportação** recuaram à metade desde a adoção da medida.

"Do total levantado nos últimos, acredito que muito pouco veio para o Brasil", disse Rodrigo Cabernite, diretor de **mercado** de capitais do Standard Chartered. Segundo ele, o principal impeditivo são mesmo as taxas elevadas do swap cambial (hedge) e a carga de impostos.

"Faz mais sentido trazer esse dinheiro apenas para empresas consideradas "high yield" (com perfil de dívida mais arriscado), que conseguiram captar a custos relativamente mais baixos", acrescenta. "Ainda assim, o swap pode fazer com que a operação fique pouco viável", diz Cabernite.

Nessa categoria estão a construtora OAS e a BR Malls, que se aproveitaram de um bom momento para captar a custos baixos, mas que provavelmente terão de arcar com custos altos para trazer o dinheiro. "Para os que não têm essa obrigação, não é viável entrar com o dinheiro no país", diz um banqueiro que acompanha o **mercado** em Nova York. "O mais natural é que a maioria das empresas deixe esse dinheiro no exterior", completou a fonte.

Algumas companhias inovaram ao trazer os recursos externos por meio das novas debêntures de infraestrutura, que seguem a Lei 12.431 e são isentas de IR, como a OGX e a Minerva. Mas ainda há dúvidas sobre a viabilidade deste

instrumento, devido ao excesso de exigências para enquadrar a oferta na lei.

Uma outra explicação para o fluxo de recursos externos tão limitado está no sistema bancário. A baixa demanda por modalidades de empréstimos em moeda estrangeira por parte das companhias tem feito os bancos brasileiros diminuírem a captação externa.

Não por acaso, grande parte das emissões feitas pelas instituições financeiras lá fora tem sido para reforçar o capital próprio (bônus subordinado), dinheiro que não é usado para fomentar diretamente o crédito.

Para empresas com perfil de dívida mais arriscado, ainda vale a pena trazer os recursos levantados no exterior

Cabernite explica que os grandes bancos que emitiram dívida lá fora ao longo do ano têm usado as suas unidades estrangeiras para emprestar diretamente a empresas brasileiras envolvidas em grandes projetos de infraestrutura na África e na Ásia, por exemplo, ou para companhias que estão em processo de internacionalização.

Mesmo as linhas usadas tradicionalmente como capital de giro, como o adiantamento de contrato de câmbio (ACC), estão em queda. Em relação ao primeiro semestre, o recuo nas liberações de ACC chega a 35%.

Dessa forma, mesmo com o bom momento para tomar recursos no exterior, esse capital não tem se revertido em investimentos no país nem em capital de giro, sinal da fraca capacidade da economia doméstica e também das **exportações** brasileiras.

Por fim, vale lembrar que as medidas do governo no sentido de controlar a entrada de capital externo, aliado à queda da taxa Selic, também têm responsabilidade no fraco fluxo de moeda estrangeira para o país, especialmente no segundo semestre.

As barreiras impostas pelo governo - seja via limite à entrada física de moedas por meio de tributação, seja pela criação de impostos diretamente no **mercado** de derivativos cambiais - foram exitosas em afastar o capital externo, para o bem e para o mal.

Segundo o diretor-executivo da NGO Associados Corretora de Câmbio, Sidnei Nehme, a fuga de recursos tem se dado principalmente para o pagamento de **importações**, além de um saldo a pagar da ordem de US\$ 14 bilhões herdado do exercício anterior entre remessas de dividendos,

juros sobre capital próprio, saídas da bolsa e desinvestimentos.

Para ele, o movimento, que vem desde maio, confirma que o país não atrai mais capitais especulativos. O lado negativo é que a liquidez do **mercado** de **dólar** tem sido afetada, trazendo de volta a expectativa de que o Banco Central possa fazer leilões de venda de **dólar** no **mercado** à vista para suprir a falta de divisas - caso não intervenha, pode ser um sinal de que sancionou a nova banda cambial mais depreciada.

A moeda americana fechou em alta em seis dos últimos sete pregões, atingindo R\$ 2,082, na sexta-feira, a maior cotação desde maio de 2009, com uma alta acumulada de 2,46% nesse período, em relação ao dia 6 (R\$ 2,032).

Os primeiros dados do fluxo cambial relativos ao mês de novembro mostraram um certo alívio no fluxo de divisas, somando US\$ 2,661 bilhões, no fim da semana passada, segundo o BC.

Nehme pondera, no entanto, que essa mudança pode ter sido pontual, já que o movimento de alta da moeda americana pode indicar que o fluxo voltou a ficar deficitário. "A tendência de fluxo negativo está efetivamente se acentuando e com evidências claras desde maio", diz.

A situação, que hoje pode se mostrar favorável ao **exportador** brasileiro, tem seus efeitos colaterais. Nehme, que defende uma taxa mais desvalorizada, acredita que o ideal seria flexibilizar a taxa de empréstimos externos, para tentar atrair mais moeda estrangeira no futuro. "Vamos precisar de mais **dólares** no ano que vem, caso contrário o fluxo cambial pode se consolidar no terreno negativo", alerta.

O **mercado** de empréstimos externos sindicalizados (aqueles em que vários bancos dividem o risco da operação) ficou praticamente fechado ao longo deste ano. No ano passado, o instrumento permitiu o financiamento de US\$ 27,4 bilhões. (Colaborou Vinicius Pinheiro)

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Mensalão: Dilma diz que acata sentença		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Em entrevista ao jornal espanhol "El País" a presidente afirmou que não discute as sentenças do STF no julgamento do mensalão, mas ressaltou que isso não significa "que ninguém neste mundo de Deus está acima dos erros e das paixões humanas". Dilma se disse "radicalmente" favorável ao combate à corrupção por "questão ética" e "critério político".

"Ninguém está acima dos erros e das paixões"

Dilma fala sobre julgamento do mensalão, diz que acata decisão do STF, mas faz ressalvas

Um Julgamento para a história

A presidente Dilma Rousseff falou pela primeira vez sobre o julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que já condenou petistas como o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, e o ex-presidente do partido José Genoíno, entre outros. Em entrevista ao jornal espanhol "El País", publicada ontem, Dilma afirmou que acata e não discute as decisões do STF, mas ressaltou que "ninguém está acima dos erros e das paixões humanas", sobretudo as relacionadas à política.

A entrevista foi concedida pela presidente no último dia 12, quando foram anunciadas as penas para Dirceu e Genoíno pela participação no mensalão. Apontado como o chefe do esquema, Dirceu foi condenado a dez anos e dez meses de prisão, além do pagamento de R\$ 676 mil.

- Como presidente da República, não posso me manifestar sobre as decisões do Supremo Tribunal Federal. Acato suas sentenças, não as discuto. O que não significa que ninguém neste mundo de Deus está acima de erros e das paixões humanas - afirmou Dilma, que foi questionada na entrevista se a política não estaria entre as paixões citadas por ela. - Talvez estas sejam as maiores - acrescentou.

Presidente cita combate à corrupção

Durante a entrevista ao "El País", a presidente Dilma fez questão de ressaltar o combate à corrupção no **Brasil** e o controle dos gastos públicos por parte do **Governo Federal**. Citou ações que foram implantadas na gestão do ex-presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva.

- Poucos governos fizeram tanto pelo controle dos gastos públicos, como o do presidente Lula. Abrimos o Portal da Transparência, com todas as contas públicas disponíveis para quem quiser consultá-las. Nós também fizemos uma lei de acesso à informação que obriga a divulgação dos salários dos dirigentes. Estou radicalmente a favor do combate à corrupção, não só por uma questão ética, mas por um critério político.

Dilma ressaltou estar tratando da corrupção dos governos e não das empresas:

- Um governo é 10.000 vezes mais eficiente quanto mais controla, mais fiscaliza e mais impede.

Na entrevista, concedida a Juan Luis Cebrián, fundador do "El País", foi abordado que, quatro décadas depois do "Maio de 1968", muitos líderes dos movimentos de resistência em todo o mundo passaram a ocupar posições de poder estratégicas e **importantes** na economia, na política e na cultura, e hoje são objetos de protestos semelhantes aos que encabeçaram no passado. O jornal questionou se valeu a pena tudo aquilo.

- Necessariamente a gente evolui. Em dezembro de 1968, eu não estava envolvida com a política e nem havia me incorporado à clandestinidade. Então, aconteceu o que se conhece no **Brasil** como o golpe dentro do golpe, um endurecimento da ditadura militar - afirmou a presidente, referindo-se à instituição do AI-5. - A partir disso, qualquer pessoa da minha geração que tivesse a menor vontade democrática era violentamente perseguida. De modo que, desde o meu ponto de vista, sim, valeu a pena e muito - respondeu.

A presidente considerou que uma parte da juventude brasileira foi generosa ao lutar em favor do país, mesmo que alguns erros tenham sido cometidos.

- Pode ser que aqueles métodos não conduzissem a nada, não tivessem futuro e constituíssem uma visão equivocada sobre a saída da ditadura. Mas nas pessoas havia um sentimento de urgência, acreditavam que no **Brasil** não poderia haver uma reforma democrática. Com os anos, comprovei nosso excesso de ingenuidade e romantismo e nossa

falta de compreensão da realidade. Não percebíamos que esta era muito mais complexa, que podiam haver diferentes soluções de futuro - defendeu.

- Meu tempo na prisão me ajudou a entender que o regime militar não sobreviveria porque não podia deter, torturar e matar todos os jovens - ressaltou.

Indagada se junto às transformações econômicas o **Brasil** manterá seu sistema político, Dilma respondeu que um dos trunfos da democracia brasileira é sempre ser rica em termos de debate:

- Estamos acostumados a discutir em torno de uma mesa, é um hábito nosso. Isso chamou a atenção de Bill Clinton (ex-presidente dos Estados Unidos). Em alguns países pode causar estranheza ou pavor que a presidente da República converse com as centrais sindicais. Para nós, é normal. Às vezes estamos de acordo, às vezes, não.

Ainda ao abordar temas ligados à política, Dilma citou o presidente do Uruguai, José Mujica, que lutou contra a ditadura em seu país. A presidente contou que, durante um encontro com ele, Mujica afirmou que ambos são representantes de uma "geração que lutou muito e cometeu alguns atos estúpidos". Nesse encontro, Mujica disse que ele teve a época da política, a da paixão, e, quando se tornou presidente, estava na época das flores (que gosta de plantar).

- Essa é também a minha época, estou na época das flores - disse Dilma ao encerrar a entrevista.

Dilma viajou à Espanha para participar da 22ª Cúpula Ibero-Americana, em Cádiz, encerrada no último sábado. Sem compromissos oficiais ontem, a presidente aproveitou a manhã de domingo para visitar o Museu de Arte Thyssen-Bornemisza. Dilma estava acompanhada do ministro da Educação, Aloizio Mercadante; da secretária de Comunicação Social, Helena Chagas; e do embaixador do **Brasil** na Espanha, Paulo César de Oliveira Campos. Após a visita, Dilma foi a Toledo, onde almoçou. A presidente retornou à tarde para Madri e passou o restante do domingo descansando no hotel.

A presidente Dilma abre sua agenda oficial de hoje com um encontro na Casa do **Brasil** com estudantes que integram o programa "Ciência sem Fronteiras" e que participam do ProUni. Em seguida, se reúne com o primeiro-ministro espanhol Mariano Rajoy, no Palácio de Moncloa.

Após a reunião, Dilma participa de um almoço oferecido pelo rei Juan Carlos I e a rainha Sofia, na sala de banquetes do Palácio Real. A presidente ainda participará da abertura do seminário "Brasil no caminho do crescimento", promovido pelos jornais "El País" e "Valor Econômico". O evento vai analisar o crescimento econômico do país e os rumos escolhidos no enfrentamento da crise que atingiu o mundo todo. De acordo com a Presidência, Dilma retorna hoje para Brasília.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO hora da paz no Supremo		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Futuros presidente e vice, Barbosa e Lewandowski ensaiam trégua.

Depois de mais de três meses de brigas, hora de colaborar

Barbosa e Lewandowski acertam ponteiros para dividir funções que ocuparão pelos próximos dois anos

Carolina Brígido

Se nas sessões de julgamento do mensalão os dois discutem asperamente e trocam olhares de reprovação, nos bastidores Joaquim Barbosa e Ricardo Lewandowski ensaiam uma trégua em nome da administração do Supremo Tribunal Federal (STF). Hoje eles assumem interinamente, por dois dias, a presidência e a vice da Corte. A posse oficial é na quinta-feira. A disposição de ambos é deixar as brigas em torno da Ação Penal 470 restritas às divergências do julgamento. Os assessores dos ministros começaram a conversar sobre a gestão. Os próprios ministros também já se falaram sobre o assunto de forma pacífica. A intenção de ambos é evitar que as pesadas discussões em torno de temas jurídicos azedem a condução do tribunal pelos próximos dois anos, quando estarão à frente da Corte.

O primeiro entendimento terá de ser em dezembro. Normalmente, no recesso, o presidente e o vice precisam combinar quem ficará no plantão do STF, com a responsabilidade de tomar decisões urgentes, que não podem esperar o retorno das atividades, em fevereiro. Por exemplo, a concessão de habeas corpus a réu preso. A praxe é o presidente e o vice dividirem o tempo do recesso. Lewandowski garante que está disposto a hastear a bandeira branca. Embora não tenha dado declaração sobre o assunto, o ânimo de Barbosa é o mesmo. A intenção do novo presidente do STF é de não carregar nem prolongar discussões e divergências que teve com os colegas. As desavenças existiram, afirmam assessores de Barbosa, mas foram pontuais, restritas ao julgamento.

- Temos conversado, nossas equipes também. Como não estamos tendo muito tempo, os assessores estão cuidando dessa colaboração futura. Da minha parte, não tem nenhum

problema, a colaboração é total. Minha preocupação é com a preservação da instituição - disse Lewandowski.

O revisor do mensalão atesta que, mesmo depois das brigas mais acirradas, os dois conversam normalmente durante os intervalos das sessões, na sala de café do STF:

- Saímos da briga e fica tudo numa boa.

Barbosa não acredita que sua gestão possa ser dificultada pelos colegas que discordaram dele no julgamento do mensalão. Para ele, as diferenças em posições jurídicas ficam restritas ao plenário. O julgamento do mensalão foi responsável por expor a quase completa cisão entre as posições de Lewandowski e Barbosa em Direito Penal.

Deixando as diferenças jurídicas de lado, Lewandowski declarou que concorda com a prioridade eleita por Barbosa para o próximo biênio: dar maior atenção aos processos com repercussão geral. Essa classificação é dada àqueles que, uma vez decididos pelo STF, determinam como outros tribunais julgarão o mesmo assunto. Existem hoje 613 processos desse tipo aguardando julgamento no Supremo.

Dilma diz, sobre o Supremo, que 'ninguém está acima dos erros'

Em entrevista ao jornal "El País", a presidente Dilma disse que respeita as decisões do STF, mas que ninguém está isento de erros.

"Acato as sentenças e não as discuto. O que não significa que alguém esteja acima dos erros e das paixões humanas", afirmou. A declaração foi dada no dia em que o Supremo decidiu a pena de quase 11 anos de prisão para José Dirceu

"Ninguém está acima dos erros e das paixões", diz Dilma sobre STF

Em entrevista ao jornal "El País", presidente criticou medidas de austeridade para combater a crise

Declaração foi dada no mesmo dia em que José Dirceu recebeu pena de 10 anos e 10 meses de prisão pelo mensalão

DE SÃO PAULO No dia em que o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu aplicar a pena de dez anos e dez meses de

prisão a José Dirceu, a presidente Dilma Rousseff afirmou, em entrevista, que respeita as decisões do tribunal, mas que ninguém está "acima dos erros e paixões humanas".

"Acato as sentenças do Supremo Tribunal Federal e não as discuto. O que não significa que alguém neste mundo de Deus esteja acima dos erros e paixões humanas", disse Dilma, em entrevista na segunda-feira passada ao presidente do jornal espanhol "El País", José Luis Cebrián.

O texto, que foi publicado na edição de ontem, recebeu destaque na capa do diário com o título "Dilma, a forte".

Na reportagem, Cebrián diz que só tomou conhecimento da pena de Dirceu -que não estava prevista para ser definida naquele dia- ao sair da entrevista. Mas relata que, em sua opinião, a presidente provavelmente já soubesse.

Dilma estava em Brasília no momento da entrevista. Três dias depois, viajou à Espanha para participar da 22ª Cúpula Ibero-Americana.

Na longa entrevista, Dilma relembrou os tempos de militância e fez uma autocrítica sobre a opção da esquerda pela luta armada no combate à ditadura (1964-85): "Com os anos, comprovei nosso excesso de ingenuidade e romantismo e nossa falta de compreensão da realidade".

Em entrevistas anteriores, a presidente já havia manifestado reflexão semelhante.

CRISE

Dilma também condenou as políticas de austeridade que vêm sendo impostas aos países europeus como remédio para a crise: "Vivemos isso. O FMI nos impôs um processo que chamavam de ajuste [...]. Esse modelo levou à quebra de quase toda a América Latina nos anos 80".

"Sem investimento vai ser impossível vencer a crise", acrescentou. O Euro, segundo a presidente, é "uma das maiores conquistas da humanidade", embora seja um "projeto inacabado".

Para completá-lo, ela diz ser necessário implantar controle de instituições financeiras e união bancária.

Dilma afirmou que a crise retarda a retomada do crescimento em países que "não têm problemas fiscais nem financeiros" como o Brasil.

Às vésperas de se reunir com investidores privados brasileiros e espanhóis, a presidente comentou as dificuldades que o governo atravessa na área de infraestrutura.

"Quando começamos a construir uma represa, já driblamos todo tipo de barreiras inimagináveis", disse, sobre as consultas públicas feitas em projetos das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio.

"Organizar um diálogo não significa passar um século discutindo", disse ela. "Os cidadãos têm que exigir que as empresas privadas cumpram seus compromissos."

A presidente também disse que a imprensa brasileira "comete excessos", que se elegeu sem o apoio dos meios de comunicação e que já não existe no país a figura do "formador de opinião": "O povo não se deixa manipular".

Frase

"Houve diversos procedimentos jurídicos nesse terreno [combate à corrupção] e, como presidente da República, não posso me manifestar sobre as decisões do Supremo Tribunal Federal. Acato suas sentenças, não as discuto. O que não significa que alguém neste mundo de Deus esteja acima dos erros e das paixões humanas"

DILMA ROUSSEFF

em entrevista ao jornal "El País"

Reforma agrária perde força no governo Dilma

A reforma agrária está patinando no governo Dilma. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) foram assentadas 10.815 famílias neste ano; 36% da meta de 30 mil do período. A menos que haja uma dramática alteração no ritmo de assentamentos até dezembro, a marca do ano corre o risco de ficar atrás da registrada em 2011 - a pior em 16 anos, com 21.933 famílias beneficiadas.

Distribuição de terras patina e reforma agrária pode ter seu pior ano desde 1995

Administração. Número de famílias atendidas até o terceiro trimestre já é o mais baixo dos últimos dez anos; governo da presidente Dilma Rousseff, que diz dar prioridade à requalificação de assentamentos antigos, já havia registrado recorde negativo no ano passado

Roldão Arruda

A reforma agrária está patinando no governo da presidente Dilma Rousseff. O sinal mais evidente está nos

números acumulados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Segundo o último dado sobre assentamentos disponível no órgão, com data de 16 de novembro, o governo assentou 10.815 famílias neste ano. É a taxa mais baixa registrada neste mesmo período em dez anos e representa apenas 36% da meta estabelecida para 2012, de 30 mil famílias.

A menos que haja uma dramática alteração no ritmo de assentamentos nos próximos dias, a marca de assentamentos deste ano corre o risco de ficar atrás da registrada em 2011 - a pior dos últimos 16 anos, com 21.933 famílias beneficiadas pela reforma agrária.

Nos dois mandatos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), a quem o PT acusava de menosprezar a reforma agrária, a marca mais baixa foi de 42.912 assentamentos - foi em 1995, primeiro ano de governo.

Neste ano, o Incra parece ter engatado a marcha lenta. Do total de R\$ 3 bilhões destinados neste ano àquela instituição no Orçamento da União, só 50% foram liquidados até agora, segundo informações do Siga Brasil - sistema de acompanhamento de execução orçamentária do Senado. No caso específico da verba para aquisição de terras para a reforma agrária, o resultado é mais desalentador: até a semana passada haviam sido autorizados gastos de 41% do total de R\$ 426,6 milhões desta rubrica.

Reação no PT. O problema preocupa o PT, o partido da presidente. Na semana passada, o deputado Valmir Assunção (BA), coordenador do Núcleo Agrário do PT na Câmara, ocupou a tribuna daquela Casa para fazer um alerta, como ele definiu: "Alertamos ao governo e à sociedade brasileira da paralisação da reforma agrária no Brasil, com a diminuição, cada vez mais visível, da obtenção de terras para novos assentamentos".

O deputado chegou a propor a formação de uma força tarefa nacional, para evitar um resultado igual ou pior do que o de 2011. "Ou fazemos isso ou, mais uma vez, amargararemos um pior índice de reforma agrária", afirmou.

No Movimento dos Sem Terra (MST), o maior do País e historicamente próximo do PT, a insatisfação é crescente. "Estamos insatisfeitos e decepcionados. O governo Dilma abandonou completamente o projeto da reforma agrária", diz Alexandre Conceição, integrante da coordenação nacional e porta-voz do movimento.

O diálogo dos movimentos sociais com o governo, segundo o líder dos sem terra, piorou desde que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deixou a Presidência da República em 2010. "Já tentamos de todas as maneiras dialogar com esse governo, já tomamos muita água e muito cafezinho, mas não conseguimos nada porque o núcleo central do governo não quer saber da reforma. Daqui para a frente, vamos partir para o conflito com o latifúndio. Estamos preparando grandes jornadas de luta para o ano que vem", afirma Conceição.

O MST também critica a estratégia do governo de fortalecer os assentamentos já existentes com o apoio do Programa Brasil sem Miséria, por meio de convênios de cooperação entre os ministros do Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Agrário. "O Brasil sem Miséria é um programa compensatório, que se destina a tirar o sujeito da miséria, sem mexer no índice de concentração fundiária do País. Dá o peixe, mas não ensina a pescar", critica o porta-voz do movimento.

O início. A única coisa que o MST assinala a favor da presidente Dilma é o fato de não ter sido ela a responsável pelo início do atual processo de desvalorização da reforma. "O governo federal começou a amarelar lá em 2008", afirma Conceição.

A observação se baseia na estatística. Quem observar a série histórica com números do Incra, nesta página, verá que Lula promoveu um salto no nível de assentamentos nos anos 2005 e 2006. Neste último foi registrado o maior índice da história, com a distribuição de lotes da reforma para 117 mil famílias.

De lá para cá, porém, a tendência tem sido de declínio. Por esse viés, Dilma teria apenas dado continuidade ao processo.

Entre os integrantes dos movimentos sociais, há a percepção de que o salto ocorrido em 2005 possa ter ocorrido devido a razões políticas. Foi naquele ano que eclodiu o escândalo do mensalão, agora em julgamento pelo Supremo Tribunal Federal. Naquela época, chegou-se a cogitar um possível impeachment do presidente. Para se fortalecer, Lula promoveu uma reaproximação do governo e de seu partido, o PT, com os movimentos sociais, entre eles o MST.

Quanto a 2006, foi o ano em que Lula se candidatou à reeleição - e venceu.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO Potencial industrial		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A ampliação do número de indústrias será a grande aposta do Segundo Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (Pergeb II), em preparação na Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), responsável pela geração de estatísticas e planificação governamental. Segundo o presidente da empresa estatal, Júlio Miragaya, o setor de transformação é o que apresenta maior potencial de crescimento. “Basta vontade política e ações no sentido certo. Devemos lembrar que a **Zona Franca de Manaus** foi construída no meio do nada e hoje é o segundo maior polo de alta tecnologia da América do Sul”, afirma o presidente da Codeplan.

Ele reconhece que há dificuldades a superar. “Temos problemas energéticos, o que produzimos mal supre a demanda atual”, ressalta. “Além disso, há um gargalo logístico: possuímos apenas uma saída ferroviária para o Porto de Santos e seria necessário integrar-nos à Rede Norte-Sul, que interliga Anápolis ao Porto de Itaquí, no Maranhão. São obstáculos perfeitamente ultrapassáveis.”

Atualmente, o setor industrial gera 195.533 empregos, de acordo com estatísticas da Secretaria de **Desenvolvimento** Econômico. A maior parte desse total gerado, cerca de 80%, oferecida por pequenas e microempresas. A participação no **PIB** de Brasília é pequena: 6,58%.

O Pergeb II também defenderá a criação de uma zona de **desenvolvimento** industrial em 10 dos 22 municípios da

Região Integrada de **Desenvolvimento** Econômico do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF). “Precisamos criar um cinturão de riqueza em torno de Brasília, capaz de gerar empregos, para diminuir a pressão sobre o DF”, afirma Miragaya. Hoje, 800 mil habitantes deixam as cidades vizinhas diariamente para trabalhar, estudar e utilizar serviços em Brasília.

Vantagens ignoradas

A prática da sustentabilidade ainda é novidade para as mais

de 122 mil empresas e empreendedores individuais do Distrito Federal. Menos de 15% procuraram a consultoria do método “Cinco menos que são mais”, disponível há 10 anos pelo Sebrae-DF, que visa reduzir a poluição e o consumo de água, de energia e de matéria-prima na indústria. A metodologia consiste na visita de um consultor do Sebrae à empresa para avaliar o consumo de água, de energia, de matéria-prima, de lixo e a geração de poluição. O especialista faz o diagnóstico e o prognóstico da fábrica, sugerindo ações pontuais de redução no uso dos recursos e, conseqüentemente, de geração de lucro, competitividade, satisfação do consumidor, produtividade e qualidade ambiental.

	VEÍCULO REVISTA INFO EXAME		EDITORIA
	TÍTULO Samsung processa LG por violação de patentes de telas Oled		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Ambas as empresas lideram este tipo de tecnologia, que não requer iluminação traseira e permite produzir painéis mais finos que os de LCD ou de plasma

Seul - A Samsung Display processou nesta segunda-feira a também sul-coreana LG Display, subsidiária do grupo LG Electronics, à qual acusa de utilizar sem permissão até sete patentes para seus painéis Oled, confirmou à Agência Efe um porta-voz da filial de telas da Samsung.

O processo contra a propriedade intelectual, apresentado pela Samsung em um tribunal local, reivindica que sejam invalidadas as patentes da LG Display, segundo maior fabricante mundial de telas de cristal líquido, em sua

tecnologia de telas de diodos orgânicos emissores de luz (Oled), muito utilizadas em smartphones e tablets.

Ambas as empresas lideram este tipo de tecnologia, que não requer iluminação traseira, permite produzir painéis mais finos que os de LCD ou de plasma e deve liderar o negócio de televisores.

Por sua vez, em setembro deste ano, a LG Display apresentou um processo contra a Samsung, à qual acusou também de violar suas patentes em tecnologia Oled, incluída em produtos como os telefones inteligentes da bem-sucedida série Galaxy S e o do tablet Galaxy Tab.

	VEÍCULO G-1	EDITORIA	
	TÍTULO Feira Internacional da <u>Amazônia</u> será em novembro de 2013, no <u>Amazonas</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Atração de investimentos para Região Norte é um dos objetivos do evento.

Evento está programado para os dias 27 e 30 de novembro.

Do G1 AM

Considerada por muitos como a maior feira multissetorial da Região Norte devido aos resultados alcançados em edições anteriores, a Feira Internacional da **Amazônia** (Fiam), acontecerá entre os dias 27 e 30 de novembro de 2013 em **Manaus**, e já promete superar as expectativas de organizadores, expositores e visitantes.

Entre os principais objetivos do evento estão a atração de investimentos, promoção comercial de produtos e serviços da **Amazônia** Brasileira, promoção e identificação de parcerias público privadas, além de estímulo a **exportações**, incremento do fluxo de turistas e viabilização de parcerias para o setor. A Fiam 2013 será composta de rodadas de negócios e de turismo, jornada de seminários com temas estratégicos para o **desenvolvimento regional** e que visam difundir conhecimentos gerais sobre a **Amazônia**, bem como gerar subsídios para a orientação de políticas públicas.

Fiam 2011

Realizada a cada dois anos, a última edição da feira aconteceu em 2011, também em **Manaus**, e reuniu, ao todo, 382 expositores, em uma área total de 11,5 mil metros quadrados.

A Rodada de Negócios, realizada em parceria com o SEBRAE-AM, gerou US\$ 13 milhões a curto prazo, e teve a participação de 136 empresas ofertantes e 26 empresas compradoras.

A Jornada de Seminários apresentou 14 temas estratégicos para o **desenvolvimento** sustentável teve a participação de 1.500 inscritos.

A Rodada de Negócios de Turismo reuniu 22 compradores de serviços e 38 fornecedores. O Pavilhão **Amazônia**, espaço destinado para a promoção e comercialização de produtos regionais, contou com a participação de 116 expositores.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO SIX Semicondutores terá fábrica de R\$ 1 bi em MG		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Empresa do grupo EBX será concluída em 2014 e receberá investimentos de BNDES e IBM

A SIX Semicondutores, empresa do grupo EBX, de Eike Batista, anuncia hoje investimento de R\$ 1 bilhão na construção de uma fábrica em Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte (MG). As obras que começaram no final do primeiro semestre, deverão ser concluídas até o fim de 2014.

O investimento é fruto da sociedade entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), a IBM, a Matec Investimentos, a Tecnologia InfinitaWS- Intecs e a SIX Soluções Inteligentes.

A fábrica irá produzir chips com aplicação na indústria e na área médica. A previsão é de que a unidade gere 300 empregos diretos. "Esse projeto é o símbolo do avanço da sólida indústria brasileira rumo ao século 21. Ao lado de outras iniciativas, colocará o País em um novo patamar de

desenvolvimento tecnológico, com impacto na balança comercial", disse Fernando PIMentel, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A SIX e o BNDESPAR terão, cada um, 33% de participação na nova companhia, investindo o mesmo valor-R\$ 245 milhões.

O BNDES também financiará R\$ 267 milhões, sendo R\$ 202 milhões na modalidade direta e R\$ 65 milhões repassados pelo BDMG, que terá 7,2% das ações. A Finep aportará outro R\$ 202 milhões em financiamento, sendo parte de recursos do Funttel.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Indústria não pode mais se endividar		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Segundo pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), 37% das empresas industriais não têm mais espaço para o endividamento. A pesquisa revela que 16% das empresas afirmam estar acima do limite de endividamento. Usado por 69% das indústrias, o capital próprio é a maior fonte de financiamento. A pesquisa foi feita com 2.383 empresas, sendo 849 pequenas, 937 médias e 597 grandes. Os dados foram coletados no período de 2 a 13 de julho de 2012.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO O <u>Brasil</u> atualmente faz parteda solução, não mais do problema :: Luiz Fernando Furlan		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

A chanceler Angela Merkel, na conversa que teve com empresários brasileiros durante a Audi Business Trip, uma viagem à Alemanha promovida pelo Lide, fez um pedido que expressa preocupação com os rumos da Europa. A ministra, que recebeu em audiência o vice presidente da República Michel Temer e, na sequência, conversou com os empresários, disse: “por favor, invistam em Portugal e na Espanha”. O encontro aconteceu na quarta-feira passada, um dia depois de Merkel ser recebida com hostilidades em Lisboa. Ela, que testemunhou os sacrifícios que o processo de unificação posterior à queda do Muro de Berlim impôs ao povo alemão, sabe que sem um ajuste rigoroso nas contas públicas, nenhuma economia avança. Mas sabe, também, que sem investimentos e sem integração com outras economias não há ajuste capaz de promover o crescimento. Ao convidar os empresários (entre os quais se encontravam representantes da Embraer, Braskem, BRF e Qualicorp) para ajudar a resolver os problemas europeus, ela confirmou a maturidade do atual estágio da economia brasileira. Duas décadas atrás, a Alemanha, com os desafios da unificação, e o Brasil, com o trauma da inflação, eram parte do problema mundial. Hoje, a situação é outra. A Alemanha, com a força que acumulou, esquecendo os traumas do passado e mirando o futuro, e o Brasil, ao incluir mais de 40 milhões de pessoas à classe média, são parte da solução. Quem olha para frente consegue enxergar essa verdade com clareza.

Mas os que mantêm os olhos postos no passado nem sempre percebem que o Brasil não precisa ser lembrado de suas responsabilidades. Nesse sentido, foi interessante testemunhar a maneira firme e elegante com que o vice-presidente Michel Temer reagiu às cobranças que ouviu de executivos alemães, com quem almoçou na sexta-feira passada na sede da BDI, a Confederação da Indústria Alemã, em Berlin. Temer estava acompanhado pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Antônio Carlos Raupp, e pelo embaixador do Brasil na Alemanha, Everton Vargas, num encontro que reuniu um grupo de executivos de empresas alemãs com 20 empresários brasileiros. Fiéis ao estilo incisivo com que manifestam em reuniões de trabalho, os executivos alemães mostraram, com fatos e números, a importância para o Brasil de investimentos feitos ao longo da história por empresas, como a Thyssen-Krupp e Siemens. Eles também se queixaram da carga tributária, e da burocracia para o encaminhamento de projetos de infraestrutura. Temer mostrou que todos os problemas apontados tanto na infraestrutura quanto na cooperação bilateral estão sendo enfrentados e resolvidas pela presidente Dilma Rousseff . Mostrou programas como o Brasil Sem Fronteiras, que já colocou mais de 20 mil estudantes (de um total de 100 mil vagas previstas) nas melhores universidades do mundo, mudarão a face do mercado brasileiro. E que o Brasil, além de ser um país em que as empresas do mundo querem e precisam estar, continua de portas abertas para os investimentos dos parceiros. Sobretudo dos que estão em busca de soluções.